

As disputas em torno da categoria “politicamente correto” no debate público: análise discursiva de matérias da *Folha de S.Paulo*¹

Disputes around the category “political correctness” in the public debate: discursive analysis of *Folha de S.Paulo*’s texts

*Nara Lya Cabral Scabin*²

1 Uma versão expandida deste trabalho foi apresentada no V Congresso Iberoamericano de Comunicação, promovido pela Asociación Española de Investigación de la Comunicación, entre 4 e 8 de julho de 2016, em Madri.

2 Doutoranda em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Mayra Rodrigues Gomes, com bolsa CAPES. Mestre em Ciências da Comunicação e bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: nara.cabral@usp.br.

Resumo

Esta pesquisa busca mapear os discursos circulantes, conforme conceito de Patrick Charaudeau que mobilizam a categoria “politicamente correto”, na esfera pública brasileira, e como essa categoria emergiu em publicações da imprensa. Para tal, embasamo-nos nas proposições de Michel Foucault sobre a arqueologia dos discursos, tomando matérias jornalísticas em sua irrupção histórica e a capilaridade do poder, focalizando as regulações engendradas pelos discursos. A partir da análise de reiteraões semânticas e discursivas em um *corpus* de 133 matérias jornalísticas publicadas entre 1991 e 2014, pela *Folha de S.Paulo*, buscamos mapear as principais disputas que marcam o debate público em torno do “politicamente correto” no Brasil.

Palavras-chave

Politicamente correto, discurso, jornalismo.

Abstract

This research aims to map the circulating discourses (according to Patrick Charaudeau’s concept) that mobilize the category “political correctness,” at the Brazilian public sphere, and emerge in press publications. We rely on Michel Foucault’s propositions on the archeology of discourses – taking news stories in its historical irruption – and the power capillarity – focusing regulations engendered by discourses. From the analysis of semantic and discursive reiterations on a *corpus* of 133 newspaper articles published by *Folha de S.Paulo* between 1991 and 2014, we seek to map the main disputes that mark the public debate around the “political correctness” in Brazil.

Keywords

Political correctness, discourse, journalism.

O debate em torno do chamado “politicamente correto” (ou PC), recente em nossa cultura, remete a discussões sobre as fronteiras da liberdade de expressão na contemporaneidade. De um lado estão os defensores do politicamente correto como “caminho para a civilidade”; de outro, há aqueles que apontam o politicamente correto como representação de uma forma de cerceamento da liberdade de expressão, produzindo impactos sobre diversos campos de manifestação cultural (POSSENTI, 1995, p. 126).

Neste artigo, buscou-se mapear os discursos que compõem e mobilizam a categoria “politicamente correto” a partir do rastreamento dos discursos circulantes em matérias do jornal *Folha de S. Paulo*, publicadas entre 1991 e 2014. A fim de analisar 133 textos jornalísticos que compõem o *corpus*, partiu-se de um horizonte teórico-metodológico fundamentado nas considerações de Michel Foucault acerca da arqueologia do saber, tomando as matérias jornalísticas em sua irrupção histórica, e a capilaridade do poder, focalizando as regulações engendradas pelos discursos no atravessamento de sujeitos e instituições (FOUCAULT, 2008; 2012). Invocamos também outros teóricos da análise do discurso, como Patrick Charaudeau (2010; 2011), para pensar o discurso circulante e as imbricações entre os discursos midiático e político, e Osvald Ducrot (1987), para compreender as implicações em jogo nos usos da expressão “politicamente correto”.

A partir da análise de formações discursivas e das funções enunciativas que condicionam os lugares de fala dos sujeitos, conceitos caros a uma perspectiva arqueológica, espera-se chegar a uma leitura genealógica das relações de poder que se cristalizam na malha discursiva engendrada no debate público em torno da categoria “politicamente correto”. Assim, buscou-se compreender uma primeira dimensão do objeto de pesquisa, que diz respeito aos sentidos e valores vinculados à temática do politicamente correto; a segunda diz respeito ao mapeamento das posições intencionais envolvidas na rede capilar de poder, que marca o debate em torno do “politicamente correto” e as regulações visadas nesse contexto.

Neste artigo, organizamos nossas reflexões em dois tópicos principais: (a) Mapeamento, por meio da identificação de reiterações semânticas dos diferentes

significados, sentidos e valores atrelados ao politicamente correto nos enunciados que compõem as matérias jornalísticas de nosso *corpus*; (b) Levantamento, a partir das representações construídas pela *Folha de S.Paulo*, dos principais agentes e instituições sociais envolvidos nas discussões sobre o “politicamente correto” e dos discursos circulantes que atravessam esses lugares de fala.

De modo geral, as matérias evidenciam, desde suas primeiras leituras, que não há consenso no debate público acerca do sentido da expressão “politicamente correto”. Seus sentidos transformam-se não apenas ao longo do tempo, mas também conforme os diversos lugares de fala engajados em seu debate. Em outras palavras, o politicamente correto se apresenta, discursivamente, como categoria em disputa entre diversos agentes envolvidos em sua discussão pública. Sobre esses deslizamentos e disputas é que procuraremos nos debruçar nas próximas páginas desse trabalho.

Sentidos deslizantes

A partir do ano 1991, a categoria “politicamente correto” tornou-se pauta no jornalismo, e passou a ser discutida de forma ampla no debate público. Em nosso *corpus*, a unidade mais antiga intitula-se *Como ser politicamente correto*. A tira do cartunista Jeff Shesol, publicada inicialmente no jornal *The New York Times*, aborda, de modo irônico, a preocupação dos norte-americanos em serem “politicamente corretos”. Nesse momento, o campo circunscrito pela expressão já remetia a uma forma de conduta que visava respeitar todas as identidades. Esse comportamento, a ser assumido por cada indivíduo, também é descrito pela legenda, produzida pela *Folha* para acompanhar o cartum: Ser politicamente correto equivale a não possuir qualquer preconceito de raça, sexo, estilo de vida, etc. (CARELLI, 1991).

Essa publicação é muito representativa de uma tendência que se manifesta de modo muito evidente nos textos datados dos primeiros anos que compõem nosso *corpus*. Trata-se da necessidade de apresentar ao público leitor, a todo momento, o significado da expressão “politicamente correto”, buscando traduzir

o conceito de seu entendimento no contexto norte-americano, para uma possível aplicação à realidade brasileira. Daí, decorre a constatação do pressuposto em jogo na operação realizada pelo jornal. Se era preciso buscar uma “definição” para o “politicamente correto”, pressupõe-se que a expressão ainda não era conhecida, de modo amplo, pelo público brasileiro.

Nesse sentido, é possível inferir que, no início dos anos 1990, não havia debates com grande repercussão social sobre o assunto, em relação ao contexto brasileiro. Provavelmente, as discussões sobre o poder das palavras na reprodução de preconceitos ficavam restritas a setores engajados e acadêmicos. Dada essa conjuntura, parece-nos igualmente claro que a mídia brasileira, em especial a jornalística, a exemplo da *Folha de S.Paulo*, teve papel decisivo na introdução da categoria “politicamente correto” no debate público. Além disso, as discussões em torno da categoria “politicamente correto” no Brasil, em seu início, importavam concepções e entendimentos oriundos do contexto norte-americano. De fato, durante os anos 1990, especialmente na primeira metade da década, os textos que situavam nos Estados Unidos os debates sobre o PC têm presença expressiva em nosso *corpus*.

Nos primeiros momentos da discussão sobre o “politicamente correto” na *Folha de S.Paulo*, marcados por uma preocupação, por parte do jornal, em anunciar a suposta entrada do PC no Brasil, consideramos o estabelecimento de uma primeira fase do debate público sobre o tema, conforme recorte produzido pelo jornalismo brasileiro. Entre 1991 e 1994, período em que o uso da expressão se dá, principalmente, em matérias sobre comportamento e consumo, o “politicamente correto” é apresentado como “moda” ou “estilo de vida”. Há textos que dão dicas sobre como ser uma pessoa politicamente correta, como dar presentes politicamente corretos no Natal, ou, por exemplo, como identificar alguém politicamente correto. Os textos se dividem entre denunciar os “exageros” da “onda” politicamente correta, ainda que lhe atribuindo certa curiosidade, e descrever o PC como imperativo em nosso tempo, ao qual se devia estar “atenado”. Em todos os casos, porém, o subentendido a ser decifrado remete a uma despolitização dos debates classificados como “politicamente corretos”.

Em um segundo momento do debate, entre 1994 e o início dos anos 2000, nota-se que a expressão "politicamente correto" passa a ser empregada, paulatinamente, para qualificar personagens e ações brasileiras. A primeira matéria de nosso *corpus* a mobilizar a categoria "politicamente correto" para designar uma ação efetiva motivada por embates sociais e simbólicos próprios do contexto nacional foi publicada ainda no final de 1994. Intitulada "Negros vão à Justiça contra 'Pátria Minha'", e assinada pelo jornalista Armando Antenore, a notícia aborda a indignação de representantes da comunidade negra em São Paulo, que prometiam entrar na Justiça com uma notificação contra a Rede Globo de televisão, por conta de uma cena da telenovela *Pátria Minha*, em que um personagem, branco, ao acusar seu jardineiro, negro, de roubo, profere insultos de caráter racista (ANTENORE, 1994).

A matéria registra o embate de forças entre agentes sociais, travado na esfera pública, em torno do potencial ofensivo das palavras. É interessante notar que, segundo o texto, a categoria "politicamente correto" é invocada não pelo movimento negro, mas pelos roteiristas da novela. Segundo eles, a cena da manifestação de racismo foi idealizada como forma de conscientização do público, em nome do PC. Como se vê, não há consenso, entre diferentes agentes sociais, sobre o papel das palavras na promoção do racismo. O dissenso se dá também em relação ao sentido de "politicamente correto", e não apenas entre agentes sociais diversos. O próprio jornal, em momentos distintos, mobiliza a expressão com objetivos particulares. Um editorial publicado com o título "Racismo na TV", emprega o termo "politicamente correto" como forma de definir o momento em que se vivia, enquanto espécie de interdição cultural, que tornava improvável que os autores da novela levassem a público algum preconceito (RACISMO..., 1994).

Por fim, em uma terceira fase do debate em torno do "politicamente correto", identificada entre os anos 2000 e 2010, notamos que, à medida que o "politicamente correto" pareceu se integrar ao contexto brasileiro, em paralelo ao amadurecimento dos movimentos sociais no país, as pautas da *Folha* começaram a concentrar-se, nos cadernos de cultura, no debate público tornado visível pelo

jornalismo, e, sobretudo, de política, e a expressão foi ganhando sentido mais específico. A categoria “politicamente correto” deixa de se referir a uma forma de conduta genérica, estilo de vida ou comportamento “civilizado”, e passa a representar um modo de fazer política. Ao lado da ideia de assunção de uma bandeira política, a expressão em foco adquire contorno ideológico mais preciso.

Tornam-se cada vez mais frequentes textos sobre iniciativas de movimentos e organizações sociais, políticas afirmativas, processos judiciais contra manifestações consideradas “politicamente incorretas” e iniciativas governamentais em nome dos direitos humanos. A matéria “Patrulha de carnaval”, publicada em 26 de janeiro de 2004, mostra o que é considerado ideário do politicamente correto operando por meio de processos judiciais, movidos por políticos ou pela Igreja. A matéria mostra o cruzamento do politicamente correto com a esfera política, salientando ações de políticos, muitas vezes responsáveis pela abertura de processos judiciais, e questionando a postura da Justiça (ESCÓSSIA, 2004).

As políticas educacionais também se tornam objeto cada vez mais frequente das matérias jornalísticas. Em 2003, é publicado o artigo “Uma bobagem histórica”, que destaca o papel do Estado, por meio do sistema de ensino, na condução de ações consideradas politicamente corretas. O texto parte de uma lei sancionada pelo então presidente Lula, que implantaria aulas de cultura afrobrasileira nas escolas. (FREIRE, 2003).

Os debates sobre a influência dos princípios considerados politicamente corretos no campo da educação desaguam nas matérias, veiculadas em 2010, acerca das polêmicas envolvendo a adoção de obras de Monteiro Lobato em escolas públicas brasileiras. No ensaio “Caçada a Monteiro Lobato”, o PC é apresentado como uma tendência que, embora possa trazer progressos no combate à discriminação, é problemática, por trazer seriedade demais à obras culturais, interferindo excessivamente em sua forma e conteúdo (COELHO, 2010).

De fato, a problemática do racismo converte-se gradualmente, ao longo dos anos pesquisados, em foco privilegiado nas pautas sobre o PC. As matérias da *Folha de S. Paulo* que integram o *corpus* desta pesquisa, tanto as que criticam

quanto as que buscam salientar seus méritos, sem exceção, destacam o caráter intolerável do racismo em nossa sociedade e a necessidade de extingui-lo. Todas se constroem, dessa forma, tendo como pressuposto a legitimidade do discurso dos direitos humanos, ou vontade de verdade, usando o conceito foucaultiano, que emerge como forte condicionante entre a produção discursiva contemporânea. Nesse sentido, o ponto sobre o qual os textos discordam, com diversas matizes de opinião, recai sobre a eficácia e/ou pertinência das iniciativas classificadas como politicamente corretas na luta contra o racismo.

Agentes, instituições, lugares de fala

No *corpus* analisado, foram contabilizadas 49 matérias jornalísticas em que não são identificados os agentes sociais responsáveis pelo “politicamente correto”, isto é, *quem* exerce o PC, e de qual lugar institucional ele parte. Nesses textos, a categoria “politicamente correto” é mobilizada em referência a um pensamento genérico. Esse modo de se referir ao politicamente correto, talvez um modo mais “politicamente correto” de tratar o politicamente correto, sem apontar-lhe os responsáveis, gera, como efeito de sentido, a ideia de uma generalização, ou espraiamento, do que se entende por PC em todos os setores da vida social, ao mesmo tempo em que leva ao apagamento das condições históricas de sua emergência.

Esse dado, que marca muitos dos textos pesquisados, confere às iniciativas denominadas “politicamente corretas” um aspecto de coesão e unidade, como se o “politicamente correto” se constituísse, de fato, de um movimento coerente e autodenominado, o que nunca ocorreu no Brasil. Ao mesmo tempo, os discursos circulantes que emergem nas páginas da *Folha de S. Paulo* atestam a diversidade e pulverização de ações reunidas por diferentes agentes sociais e pelo próprio jornalismo, sob o rótulo do “politicamente correto”.

Examinando os episódios e agentes trazidos à tona na esfera pública pelo jornalismo, nota-se que os movimentos sociais e minorias, atuando ao lado de acadêmicos, pensadores e militantes políticos, têm papel importante nas discussões

e iniciativas em torno do que se entende por “politicamente correto” no Brasil. Não obstante, não constituem os únicos agentes sociais, cujo engajamento se faz decisivo nesse debate. Passando de uma perspectiva arqueológica a uma visão genealógica, buscando mapear os lugares institucionais que se engatam, discursivamente, nos embates em torno do PC, vê-se, para além dos movimentos sociais, o Estado, sobretudo por meio de políticas educacionais e da Justiça. A iniciativa privada, também assume papel decisivo no PC, por meio de empresas do ramo da comunicação.

Em relação a essa rede capilarizada de poderes e agências, é preciso notar que a ação dos movimentos sociais se dá pela tentativa de exercer pressão e influência junto a outros lugares institucionais, como o Estado, a Justiça e empresas privadas. É o que Ribeiro (2000), ao tratar do sucesso de implantação do politicamente correto na sociedade norte-americana, chama de cultura de *lobbies*. Isso porque, os movimentos sociais, sozinhos, não têm poder de legislação, e, tampouco, poder de sanção institucionalizado. Para que o engajamento na construção de uma linguagem considerada “mais correta” funcione e alcance toda a sociedade, é preciso negociar as possibilidades de regulação junto ao Estado.

Com o avançar dos anos 2000 e 2010, a abordagem da *Folha de S.Paulo* acerca das ações de movimentos sociais torna-se, paulatinamente, mais ancorada na materialidade das discussões e polêmicas que vêm à luz na esfera pública, na mesma medida em que se tornam mais consistentes as denúncias do jornal sobre ameaças à liberdade de expressão, representadas por ações classificadas como “politicamente corretas”. Não por acaso, são também raras as ocasiões em que o jornal concede voz a representantes de movimentos sociais e minorias. Esse dado é reforçado pelo fato de que, entre os anos 2000 e 2010, aumentou em nosso *corpus* a presença de formas textuais típicas do “comentário”, normalmente um gênero menos dialógico³.

3 Aqui, baseamo-nos na divisão dos gêneros jornalísticos entre “relato” e “comentário”, conforme proposto por Manuel Carlos Chaparro (2008).

Quanto à emergência dos movimentos sociais e a conformação de sua função enunciativa, é preciso sublinhar, dentre as condições socio-históricas que condicionam seu posicionamento discursivo, a visibilidade de saberes sobre direitos humanos e políticas de identidade na contemporaneidade. Esse discurso ganha projeção, e é redimensionado, na passagem do século XX para o XXI, com a emergência de novas vozes na esfera pública, participando ou reivindicando participação nas discussões políticas. Além disso, os movimentos sociais se inserem nas disputas políticas, em sentido amplo, alavancadas pela crise das instituições tradicionais, disputando um lugar institucional movediço e atravessado por embates diversos.

No que diz respeito à participação do papel estatal nas discussões em torno do “politicamente correto”, destacam-se, na cobertura da *Folha de S. Paulo*, iniciativas relacionadas à educação. O caso mais célebre, sem dúvida, diz respeito às polêmicas, em 2010, envolvendo a adoção do livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, pela rede pública de ensino. As polêmicas foram motivadas por denúncias do movimento negro acerca de passagens da obra consideradas racistas (CASTRO, 2010; NÃO FARIAM..., 2010; COELHO, 2010).

O que atravessa episódios como esse, fundamentando a ação do Estado, é a concepção da educação como dispositivo adequado à promoção de um discurso considerado mais “correto” ou inclusivo, à luz dos direitos humanos. Nos textos analisados, a atuação do Estado é apontada, frequentemente, com desconfiança. Nesse sentido, o argumento de que políticas educacionais “politicamente corretas” constituem parte de uma postura estatal paternalista, que visa à tutela de uma parte da população considerada mais “suscetível” e torna a educação “artificial”, é recorrente nas matérias presentes em nosso *corpus*.

O lançamento da cartilha *Politicamente correto e direitos humanos*, em 2005, pelo Governo Federal, é outro caso abordado de modo crítico. Ferreira Gullar (2005) qualificou imediatamente a iniciativa como censura. A *Folha* destacou a incoerência por trás da publicação da cartilha, ao apontar que, até mesmo o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva empregava, em seus discursos, termos

contrários às normas da cartilha proposta (DANTAS; SUWANN, 2005). Seja sob o argumento da inconsistência, ou pela denúncia da censura, os veículos de imprensa tradicionais posicionaram-se, em sua maioria, contra o projeto.

Ao mesmo tempo, a atuação do Estado em relação ao “politicamente correto” concretiza-se também na ação da Justiça, tema que recebe destaque entre as matérias de nosso *corpus*. Porém, é importante observar que a atuação judicial não se dá de modo isolado. É preciso que entidades sociais, ou indivíduos privados, entrem na Justiça contra manifestações que considerem ofensivas. No caso das discussões que mobilizam a categoria “politicamente correto”, há muitos casos em que a atuação da Justiça é motivada por denúncias e ações movidas por movimentos sociais, representantes de minorias, grupos organizados da sociedade civil e organizações não governamentais, em função de atitudes discriminatórias. No caso do Brasil, o racismo, sobretudo contra a comunidade negra, tem destaque entre as motivações de processos judiciais qualificados nos discursos circulantes como parte do “politicamente correto”.

O texto “Caso provoca polêmica entre juristas”, publicado em 9 de agosto de 1996, trata da polêmica que em torno da canção “Veja os cabelos dela”, de Francisco Everardo Oliveira Silva, o “Tiririca”. Dentre os episódios de que nosso *corpus* dá conta, esse caso constitui o primeiro, em termos cronológicos, em que se registra uma decisão judicial concreta, associada à expressão “politicamente correto”. Localizamos apenas em 1996, em nossa busca junto à *Folha de S. Paulo*, matérias sobre o caso que empregam a expressão “politicamente correto” e não em 1997, quando o processo foi ajuizado. A ação foi movida pelas ONGs Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, Grupo de União e Consciência Negra e Instituto Palmares. A ação foi motivada pela presença de trechos racistas na música, como nos versos “Essa nega fede, fede de lascar/ Bicha fedorenta, fede mais que gambá”.

Embora busque se construir sob efeitos de neutralidade, a matéria concede maior espaço a falas que questionam a decisão da Justiça de confiscar o CD de Tiririca – no caso, o advogado da *Folha* e o diretor geral do Instituto Brasileiro de

Direito Constitucional. Mesmo no trecho em que se apresentam os argumentos da Justiça em relação ao caso, tais formulações acabam sendo desconstruídas, ou, pelo menos, relativizadas pelo jornal. O título do texto, ao remeter à ausência de consenso entre juristas, leva ao subentendido de que a decisão da Justiça é, no mínimo, problemática (CASO..., 1996).

Na matéria, há o emprego da palavra “censura” para designar a decisão da Justiça, termo que decerto não é assumido pelo próprio texto da decisão, remetendo a um posicionamento que contraria o sustentado pelos juristas responsáveis pela sentença. Com efeito, o jornal afirma um distanciamento em relação à lógica que fundamenta a decisão judicial em foco. Além disso, a ideia de censura – vedada pela Constituição, embora o próprio sentido da palavra encontre-se sob disputa nos discursos sociais – empresta à decisão judicial sentido intolerável em uma sociedade democrática, de modo a desautorizá-la, ou, no mínimo, relativizá-la.

A iniciativa privada, a partir de episódios e textos que evidenciam a pilhagem, por empresas, de diretrizes relativas à linguagem, reunidas sob a rubrica “politicamente correto”, participam dos embates em torno do PC. Esse posicionamento, assumido, sobretudo, por empresas do ramo da comunicação, produtoras cinematográficas, editoras e jornais, ao mesmo tempo em que pode ser identificado como efeito do constrangimento gerado pela interdição produzida pelos discursos politicamente corretos, contribui para visibilidade, abrangência e efetividade dos princípios “politicamente corretos”. Como muitos dos princípios identificados no debate público sob a nomenclatura “politicamente correto” possuem força de lei, prevendo inclusive sanções, como o crime de injúria racial, essa apropriação, por empresas privadas, aparece por vezes em matérias de nosso *corpus* associada à ideia de “autocensura”.

Trata-se de uma discussão de grande relevância e complexa, pois depende da delimitação clara de um conceito de censura, que também se revela polissêmico. Se entendemos a censura como uma barreira que se coloca de modo a impedir o fluxo de informações e discursos na esfera pública, podemos pensar que, de fato, as empresas privadas, ao adotarem diretrizes reconhecidas como politicamente corretas,

incorrem em autocensura. Por outro lado, se pensamos em um conceito político de censura – associando-a ao exercício arbitrário do poder, em favor de interesses particulares, ou vinculando-a à ideia de violação de princípios democráticos, torna-se problemática a classificação da conduta das empresas, ao incorporarem princípios tidos como “politicamente corretos”, como forma de autocensura, já que muitas dessas medidas dizem respeito ao combate a formas diversas de discriminação.

Examinando as matérias de nosso *corpus*, o primeiro exemplo de incorporação, por parte de uma empresa, dos princípios “politicamente corretos” aparece na matéria que anuncia a “chegada” do PC ao Brasil – o que não deixa de ser emblemático no papel do discurso jornalístico, ao lado do Estado e de movimentos sociais, em fixar o politicamente correto no imaginário brasileiro. O texto, intitulado “‘Politicamente correto’ chega ao Brasil”, trata da veiculação de uma nova versão da canção infantil “Atirei o pau no gato”, produzida pela editora Brinque-Book. Na versão corrigida, foram incluídos os versos: “Não atire o pau no gato/ Porque isso não se faz/ O gatinho é nosso amigo/ Não se deve maltratar os animais”. Segundo a proprietária da editora, Suzana Camacho, a nova estrofe era considerada “mais saudável” (CARELLI, 1991).

Esse caso é sintomático não apenas da primeira fase de discussões sobre o politicamente correto no Brasil, evidencia também o fato de que empresas privadas ligadas à comunicação e à produção cultural, especialmente nos anos 1990, incorporaram modificações em termos de linguagem, expressões e vocabulário, identificadas sob o rótulo “politicamente correto” como estratégia de *marketing*. Não se trata, em casos como o da cantiga, de ceder a pressões externas, respeitar determinações com força de lei ou sucumbir ao temor da imposição de sanções. Na verdade, a incorporação de mudanças vocabulares, em episódios como esse, parte de uma tentativa de conquistar e ampliar o público consumidor, “sintonizado” com as novas tendências do mercado que chegavam até nós via Estados Unidos.

Em anos recentes, as discussões sobre o politicamente correto em relação à iniciativa privada aproximam-se de debates sobre a regulação de setores da comunicação. No ano 2000, a *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria intitulada

“Propagandas são alvo das mais inusitadas reclamações”, focalizando iniciativas do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), instituição que fiscaliza a ética da publicidade no Brasil. Como fundamento para muitas de suas decisões, aparecem os princípios politicamente corretos. O texto cita, por exemplo, uma resolução do Conar que pedia a alteração de um comercial de iogurte dietético da marca Parmalat, em que uma mulher acima do peso é alvo de brincadeiras em seu escritório. Na ocasião, a agência DM9DDB, responsável pela propaganda, alegou que a peça apenas retratava uma situação recorrente no cotidiano. Não obstante, o conselho, após receber queixas de consumidores, declarou que o anúncio era ofensivo aos obesos (SALLUM, 2000). Em casos desse tipo, mesmo naqueles em que se verificam decisões aparentemente espontâneas, não se pode desconsiderar o temor, por parte de setores privados, diante do risco de sofrerem processos diversos – por parte do Conar ou mesmo da Justiça.

Dessa forma, não é difícil supor que, a exemplo de outras esferas midiáticas, a imprensa também tenha incorporado mudanças lexicais e discursivas que condizem com princípios considerados, em discursos circulantes, como “politicamente corretos”. Em nosso *corpus*, o exemplo mais evidente a favor dessa hipótese está na matéria intitulada “Folha implanta o ‘Novo Manual da Redação’”, de 1 de maio de 1992. Dentre as novidades trazidas pela publicação, o texto apresenta um *box*, onde se lê “As palavras certas: o que a *Folha* considera ‘politicamente correto’” (FOLHA..., 1992). Nota-se que a expressão “politicamente correto” é utilizada em autorreferência, e como valor positivo. Também é evidente o propósito de autopromoção que se busca cumprir com a divulgação das novas orientações “politicamente corretas”, que indicavam o alinhamento do jornal às “novas tendências” do mercado editorial.

Considerações finais

Na arena da esfera pública, o jornalismo registra o embate de forças em jogo na disputa pelos sentidos das palavras. Essa disputa não deixa de estar envolvida em processos de mudança linguística. As palavras, seus sentidos e possibilidades

de significação, estão ligados aos discursos ou formações discursivas em que são inseridos e delineados. Nesse entendimento, como postulado pela análise do discurso, a relação entre as palavras e seus significados é sempre um produto histórico.

Ao lado das evidências em favor do caráter deslizante dos sentidos e valores da expressão “politicamente correto”, que se insere, no debate público brasileiro, na arena de múltiplas disputas, verificamos, em relação aos lugares de fala e regulações instituídas pelos discursos em nome do PC, que este se exerce na intersecção entre demandas de minorias, movimentos sociais, ações governamentais e a preocupação, por parte de empresas de mídia, com a adoção de políticas e linguagens “menos polêmicas”, ou “mais neutras”, a fim de se protegerem contra possíveis processos judiciais. A adoção dos manuais de redação por jornais brasileiros, a partir dos anos 1980, por exemplo, parece ser parte desse fenômeno. Ademais, é preciso notar que não são raros os casos em que empresas e agentes sociais privados incorporam princípios reconhecidos como “politicamente corretos” por afinidade ideológica ou estratégia de *marketing*. Entre demandas políticas e interesses comerciais, o politicamente correto se respalda, no Brasil, em objetivos e discursos de caráter muito diverso.

Além disso, o papel do jornalismo nas disputas discursivas travadas em torno do politicamente correto é fundamental. No Brasil, o discurso midiático – na construção que faz do espaço público – impulsiona e coloca em circulação discursos que mobilizam a categoria “politicamente correto”, oriundos principalmente do contexto norte-americano. Por isso, as mídias – com destaque para o jornalismo – tendo em vista sua inclinação maior a temas políticos do que, por exemplo, a televisão, e sem ainda, no início dos anos 1990, a concorrência da internet – contribuem para a introdução e visibilidade da expressão “politicamente correto” entre nós, ajudando também a cristalizar os diferentes sentidos a ela atados.

As disputas em torno do sentido, no caso dos debates sobre o politicamente correto, mantêm em suas fundações a questão dos limites entre o que pode e o que não deve ser dito. Isso nos leva a uma discussão de grande notoriedade nos dias de hoje, a discussão sobre os limites da liberdade de expressão. Esses conflitos se estabelecem em áreas de fronteira da liberdade de expressão, em

zonas onde tal princípio colide com outros direitos e valores. Esse processo de avaliação e discussão de direitos é trazido à tona na esfera pública pelas narrativas jornalísticas, como forma de discutir o estatuto da liberdade de expressão.

Hoje os jornais falam, e falam muito, sobre a censura e a liberdade de expressão. Se, sob ditaduras, a discussão sobre censura ficou encoberta pelo silêncio, hoje adquire visibilidade crescente nas narrativas midiáticas. A censura, colocada em pauta atualmente, deixa os bastidores do poder e é trazida à tona como encenação na esfera pública. Assim, no caso da *Folha de S.Paulo*, que, após a abertura democrática, em 1988, procurou construir para si a imagem de grande veículo defensor da democracia, pretendendo-se afirmar como “um jornal a serviço do Brasil”. O caráter decisivo do ideário da livre expressão e sua representação, caro a todo o jornalismo, fica particularmente evidente.

A partir dos discursos que atravessam o jornalismo, a democracia emerge como constante representação. Esses discursos não deixam de ser também formas de realização do poder, em sua rede microfísica. As práticas não discursivas apoiam-se em práticas discursivas, de modo que a própria democracia, como forma de organização político-social, deve realizar-se como discurso. Ou, em outro registro, vale dizer: é preciso que a democracia se realize como espetáculo, na esfera pública midiaticizada, para que, talvez, se realize na materialidade das relações político-sociais.

Referências

ANTENORE, A. Negros vão à Justiça contra “Pátria Minha”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 7 nov. 1994. Disponível em: <<http://bit.ly/2pzPwN9>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CARELLI, W. “Politicamente correto” chega ao Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 jul. 1991.

CASO provoca polêmica entre juristas. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 9 ago. 1996. Disponível em: <<http://bit.ly/2piG1ik>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CASTRO, R. Nada inocentes. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 12 nov. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2p499eS>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAPARRO, M. C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. São Paulo: Summus, 2008.

COELHO, M. Caçada a Monteiro Lobato. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 14 nov. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2q8eoLE>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

DANTAS, I.; SUWWAN, L. Lula usa em seus discursos termos vetados por cartilha. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 maio 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2p4xCQX>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

ESCÓSSIA, F. Patrulha de Carnaval. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 26 jan. 2004. Disponível em: <<http://bit.ly/2oMyiIa>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

FOLHA implanta o "Novo Manual da Redação". *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 maio 1992.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2008.

FREIRE, V. T. Uma bobagem histórica. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2003. Disponível em: <<http://bit.ly/2q7TAEk>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

GULLAR, F. A coisa está branca. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 maio 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2qeZorY>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

“NÃO FARIAM isso se fosse Shakespeare”, diz professora. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 29 out. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2q8b0k4>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

RACISMO na TV. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 8 nov. 1994. Disponível em: <<http://bit.ly/2owExnr>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

RIBEIRO, R. J. Grandeza e miséria do “politicamente correto”. In: _____. *A sociedade contra o social: o alto custo da vida pública no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SALLUM, E. Propagandas são alvo das mais inusitadas reclamações. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 jul. 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/2p4wSvv>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

submetido em: 1 ago. 2016 | aprovado em: 1 set. 2016